



Programação

25/06/2019

8h30	Credenciamento
9h	<p>Abertura Hino Nacional Solenidade de Assinatura do Pacto Nacional pela Primeira Infância</p> <p><i>Ministro Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça</i> <i>Ministro Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça</i> <i>Abraham Weintraub, Ministro da Educação</i> <i>Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União</i> <i>Osmar Terra, Ministro da Cidadania</i> <i>Damara Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</i> <i>João Gabbardo, Ministro da Saúde Interino</i> <i>Raquel Dodge, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público</i> <i>Ministro José Mucio Monteiro, Presidente do Tribunal de Contas da União</i> <i>Luiz Pontel de Souza, Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública</i> <i>José Fabrício Silva de Lima, Presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais</i></p>
10h	<p>Palestra I – A importância das políticas públicas para a proteção e promoção do desenvolvimento de crianças na Primeira Infância</p> <p>Presidente de Mesa: <i>Conselheiro Luciano Frota, Presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Justiça</i> Palestrante: <i>Osmar Terra, Ministro da Cidadania</i></p>
10h45	<p>Palestra II – Os avanços do Marco Legal da Primeira Infância e a necessidade de regulação</p> <p>Presidente de Mesa: <i>Ministro Sebastião Reis Junior, do Superior Tribunal de Justiça</i> Palestrante: <i>Deputada Federal Leandre Dal Ponte, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância</i></p>
11h30	<p>Apresentação do projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”</p> <p><i>Juiz Richard Pae Kim, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça</i> <i>Johannes Eck, Diretor-Geral do Conselho Nacional de Justiça</i> <i>Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça</i> <i>Cesira Jardim, Assessora da Secretaria de Articulação e Parcerias do Ministério da Cidadania</i> <i>Ivânia Ghesti, Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</i></p>
12h - 14h	Intervalo almoço
14h	<p>Painel – A interface entre o Sistema de Justiça e as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos na proteção às crianças na Primeira Infância</p> <p>Moderador: <i>Desembargador José Antônio Daltoé Cezar, Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude e integrante do Fórum Nacional da Infância e da Juventude</i></p> <ul style="list-style-type: none">■ A atuação integrada entre Assistência Social e Sistema de Justiça na defesa do direito à Convivência Familiar e Comunitária e na mitigação das situações de violência e violação de direitos <p><i>Mariana de Sousa Machado Neris, Secretária Nacional de Assistência Social Interina do Ministério da Cidadania</i></p>

14h	<ul style="list-style-type: none"> ■ Programa Criança Feliz e a promoção da cidadania desde o início da vida. <i>Ely Harasawa, Secretária Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania</i> ■ Articulação do Sistema de Garantia de Direitos <i>Petrucia de Mela Andrade, Secretária Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.</i> ■ Articulação das Políticas de Saúde para o Cuidado Integral na Primeira Infância. <i>Janini Selva Ginani, Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde</i>
16h	<p>Intervalo coffee break</p> <p>Lançamento do livro “Primeira Infância no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes: uma experiência a ser replicada”</p>
Workshops Temáticos (salas de aula)	
16h30 – 19h	<p>Tema A – Crianças na Primeira Infância em Situação de Acolhimento Institucional e Familiar</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Abordagem das questões legais relacionadas ao Serviço de Acolhimento <i>Sérgio Kreuz, Juiz do Tribunal de Justiça do Paraná</i> <i>Luísa de Marillac Xavier dos Passos, Promotora de Justiça do Distrito Federal</i> <i>Adriano Leitinho Campos, Defensor Público do Estado do Ceará</i> ■ Abordagem dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar no Sistema Único de Assistência Social e da relação com o Sistema de Justiça <i>Viviane de Souza Ferro, Coordenadora Geral de Serviços de Acolhimento da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania</i> ■ Abordagem do Serviço de Acolhimento Familiar e apresentação da experiência no município de Campinas/SP <i>Jane Valente, Assistente Social</i> <p>Tema B – Condições mínimas para permanência de crianças com pais dependentes de substâncias psicoativas</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Direito à Convivência Familiar e Comunitária e o uso de substâncias psicoativas: perspectivas do sistema de justiça <i>Julianne Freire Marques, Juíza do Tribunal de Justiça do Tocantins</i> ■ Desafios da Atenção Primária à Saúde no atendimento de crianças e adolescentes em convívio com famílias em uso abusivo de álcool e drogas <i>Maria Dilma Alves Teodoro, Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde</i> ■ Nova Política sobre Drogas e a Nova Lei de Drogas <i>Cláudia Gonçalves Leite, Secretária Substituta de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania</i> ■ A interface do Sistema Único de Assistência Social na proteção à criança na primeira infância e no suporte à família nas situações de dependência química <i>Mariana de Sousa Machado Neris, Secretária Nacional de Assistência Social- Substituta do Ministério da Cidadania</i> ■ Casa da gestante, puérperas e bebês do Instituto Padre Haroldo: uma experiência de cuidado em saúde na vulnerabilidade social grave <i>Lucia Decot Sdoia, Presidente do Instituto Padre Haroldo</i> <i>Giovana Pellatti Lopes, Coordenadora da Unidade de Acolhimento Residencial para gestantes, puérperas e seus filhos do Instituto Padre Haroldo</i>

Tema C – Crianças na primeira infância e adoção

- Escuta e cuidado à mãe que entrega o recém-nascido em adoção no âmbito da saúde

Shyrlene Nunes Brandão, Psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal

- Adoção, nove meses de gestação, família para todos: uma perspectiva antropológico-jurídica

Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Nacional de Políticas para Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- O papel dos Serviços de Acolhimento na Adoção: Relação com a Justiça e preparação dos adotandos

Juliana Fernandes, Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania

- Programa Dar a Luz

Katy Braun do Prado, Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

- Cadastro Nacional de Adoção

Sandra Aparecida Torres, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e membro do Fórum Nacional da Infância e da Juventude

Isabely Fontana da Mota, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Tema D – A proteção à primeira infância nos casos de encarceramento materno **Facilitadores:**

16h30 – 19h

- A proteção das mulheres gestantes e mães encarceradas no sistema prisional brasileiro

Carlos Gustavo Vianna Direito, Juiz Auxiliar do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça e membro do Fórum Nacional da Infância e da Juventude

- Garantia da Atenção Primária para as crianças cujas mães encontram-se em privação de liberdade

Emanuelle Santana, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional do Ministério da Saúde

- Proposição de fluxo sobre como garantir a convivência familiar de filhos de pais privados de liberdade

Raum Batista, Assistente de Coordenação da Associação Brasileira Terra dos Homens/CONANDA

- Atenção às mulheres em privação de liberdade com filhos na primeira infância

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas, Diretora substituta de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania

- Experiência do PIM + Programa Criança Feliz sobre as visitas domiciliares às mães em prisão domiciliar

Gisele Mariuse da Silva, Coordenadora estadual do Programa Primeira Infância Melhor (PIM)

Simone Fagundes Messias Zanella, Diretora do Departamento de Tratamento Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul

Mesas Redondas (auditório)

Os projetos de atenção à primeira infância das organizações da sociedade civil: perspectivas de articulação com o Sistema de Justiça

Moderador: Leonardo Accioly da Silva, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público

16h30 –
17h30

- Programa Prioridade Absoluta

Pedro Hartung, Instituto Alana

- Plataforma de monitoramento da implementação do Marco Legal da Primeira Infância

Miriam Pragita, Rede Nacional Primeira Infância

<p>16h30 – 17h30</p>	<p>Os projetos de atenção à primeira infância das organizações da sociedade civil: perspectivas de articulação com o Sistema de Justiça</p> <p>Moderador: Leonardo Accioly da Silva, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Programa Prioridade Absoluta <i>Pedro Hartung, Instituto Alana</i> ■ Plataforma de monitoramento da implementação do Marco Legal da Primeira Infância <i>Miriam Pragita, Rede Nacional Primeira Infância</i> ■ Mobilização de Lideranças em prol da Primeira Infância <i>Eduardo Marino, Núcleo Ciência pela Infância e Diretor de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal</i> ■ Formação do Sistema de Justiça sobre as violações de direitos infanto-juvenis cometidas pelos meios de comunicação social <i>Veet Vivarta, Andi – Comunicação e Direitos</i>
<p>17h30 – 19h</p>	<p>Boas práticas implementadas na Região Centro-Oeste e no Estado do Tocantins</p> <p>Moderador: Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e membro do Fórum Nacional da Infância e da Juventude</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Audiência Preliminar Integrada em Processos de Acolhimento Institucional <i>Juiz Renato Rodovalho Scussel, da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</i> ■ Programa Amparando Filhos <i>Juíza Maria do Socorro de Sousa Afonso da Silva Tribunal de Justiça de Goiás</i> ■ Amigos da Primeira Infância <i>Juíza Edna Ederli Coutinho, do Tribunal de justiça do Mato Grosso</i> ■ Reaproximação parental e acompanhamento da revelação da família biológica <i>Ana Maria Brandão, Psicóloga do Núcleo da Infância da Defensoria Pública do Distrito Federal</i> ■ Fluxo de Escuta Protetiva <i>Sidney Fiori Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público de Tocantins</i> ■ Programa Pai Legal <i>Leonora Brandão Mascarenhas Passos Pinheiro, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios</i>

CURRÍCULO DOS PALESTRANTES, MODERADORES E FACILITADORES

Adriano Leitinho Campos

Coordenador da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais - CONDEGE. Supervisor das Defensorias Públicas da Infância e Juventude do Estado do Ceará. Doutor em Bioética pela Universidade de Brasília - UNB e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Ângela Vidal Gandra da Silva Martins: Secretária Nacional da Família, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro da Academia Brasileira de Filosofia e professora de pós-graduação na CEU Law School, de São Paulo. Seu principal objeto de pesquisa é o estudo da ordem social, segundo a obra do jurista norte-americano Lon Fuller, catedrático de Harvard.

Carlos Gustavo Vianna Direito

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1996). É Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade Gama Filho/RJ (2002 e 2013). Pós-doutor em História Antiga pela UNIRIO (2017) com pesquisa desenvolvida junto ao Núcleo de Estudos e Referências sobre Antiguidade e o Medieval (NERO) sobre o Direito Penal Romano. Foi Pesquisador do Centre de Recherche en Droit Administrative da Faculté de Droit da Université Montpellier 1- France (2006). Foi Professor convidado da Université Paris II (Pantheon-Assas). Professor de Direito Romano e de Introdução à Ciência do Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Juiz Titular do I Tribunal do Júri da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Coordenou o Fórum Permanente de História do Direito na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ e o curso de Formação Inicial à carreira da Magistratura Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Atua como Juiz-Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Edna Ederli Coutinho

Especialista Lato Sensu em Direito Público pelo Instituto de Direito Público de Brasília (IDP); MBA em Direito: Poder Judiciário pela Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso - ESMAGIS e Fundação Getúlio Vargas - FGV; Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá - UNIC (2004); Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2001). Tem experiência em docência em ensino superior na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional. Atualmente atua como Juíza de Direito integrante dos quadros da magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Mirassol d'Oeste, MT.

Eduardo Marino

Diretor da área de Conhecimento Aplicado na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV). Lidera pela FMCSV o Núcleo Ciência pela Infância, uma iniciativa colaborativa iniciada pela FMCSV, Center of Developing Ch.

Ely Harasawa

Psicóloga com especialização em Educação Infantil na Universidade de Niigata/ Japão. Trabalhou durante 15 anos com Educação Infantil e, desde os anos 90, iniciou trabalhos na área social, com enfoque na defesa de direitos de crianças e adolescentes, tendo trabalhado na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, na ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância e na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Atualmente é Secretária Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania.

Giovana Pellatti D Lopes

Coordenadora da Unidade de acolhimento residencial para gestantes, puérperas e bebês - Casa da Gestante. Terapeuta Ocupacional, pela PUC Campinas, Especialista em Saúde Mental e Método Terapia Ocupacional Dinâmica pelo CETO (Centro de Especialidades em Terapia Ocupacional) e Especialista em Dependência Química pela UNIAD (Unidade de Álcool e Drogas) da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). Experiência em CAPS e consultório particular.

Gisele Mariuse da Silva

Coordenadora Estadual do Programa Primeira Infância Melhor/RS. Atua na Política desde sua implantação em 2003. Nutricionista, com experiência em Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Interseccionais.

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas

É bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia. É servidora federal da carreira de Analista de Políticas Sociais e atualmente Diretora Substituta do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania.

Isabely Fontana da Mota

Pós-graduanda em Direito da Criança, Adolescentes e Idosos. Possui graduação em Direito e pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho. Em 2014 recebeu o Prêmio Inovex na Categoria uso das tecnologias de Informação e Comunicação pelo Sistema de Informação e Gerência da Adoção e do Acolhimento (SIGA/ES). É servidora do Poder Judiciário do Espírito Santo, tendo atuado dos anos de 2013 a 2018 na Comissão Estadual Judiciária da Adoção. Atualmente participa do Grupo de Trabalho de modernização do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA).

Ivânia Guesti: Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB, 2008). Mestre em

Psicologia Clínica (UnB, 2000). Especialista em Modelos de Intervenção Psicossocial na Justiça da Infância e da Juventude pela Faculdade de Direito da Universidade de Gênova/Itália (UNIGE, 2005). Líder Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância (Harvard/NCPI, 2015). Assessorou a Frente Parlamentar da Primeira Infância no período 2013 a 2016, contribuiu para a Lei 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Analista Judiciária no TJDF, especialidade Psicologia, desde 1999, com experiência em adoção, violência contra a mulher, violência doméstica, pesquisa, redes sociais, atenção psicossocial a usuários de drogas. Docente de Psicologia e Pedagogia na Universidade Católica de Brasília (2001-2006). Analista em C&T junto ao CNPq no período 1996-1999. Cofundadora da OSCIP Berço da Cidadania. Compôs a Comissão Intersetorial para formulação do Plano de Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no Distrito Federal. Contribuiu para atualização legislativa sobre adoção de crianças e adolescentes (Lei 12.010//2009). Organizadora e coordenadora de publicações e seminários na área de Legislação de Primeira Infância, Intersetorialidade, Psicologia Jurídica e Psicologia da Comunicação. Docente do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica do IESB, no período 2/2010 e 1/2012. Assessora no Ministério do Desenvolvimento Social para apoio à implementação do Marco Legal da Primeira Infância (2016 e 2018), contribuindo para regulamentação da intersectorialidade (Portaria Interministerial n.1 de 04/04/2018). Consultora da OPAS (2017). Assessora do Ministro Torquato Jardim no projeto de implementação do Marco Legal da Primeira Infância no Sistema de Justiça. Atuou junto à Coordenadoria de Infância e Juventude do Distrito Federal em 2019, para realização do Seminário Justiça e Primeira Infância: O futuro começa hoje. Colaboradora da Frente Parlamentar da Primeira Infância (2019). Desde junho de 2019, foi cedida ao Ministério da Cidadania como Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social, integra equipe de apoio às ações do Pacto Nacional pela Primeira Infância, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Jane Valente

Assistente Social, servidora pública aposentada da Prefeitura de Campinas. Especialista em Violência contra a Criança e o Adolescente pelo LACRI USP. Formação em Atendimento a Casal e Família pela Psiquiatria Médica da UNICAMP. Terapeuta Familiar pelo ITFC. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC SP. Membro do Grupo de Trabalho Nacional Pró-convivência Familiar e Comunitária, desde 2005. Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar da Prefeitura de Campinas no período de 2013 a agosto de 2017. Formação em Liderança Executiva em Desenvolvimento para a Primeira Infância, Harvard, Boston, Mass, USA, 2017. Coordenadora do Plano Municipal pela Primeira Infância – PIC 2018.

Janini Selva Ginani

Graduada em Nutrição pela Universidade de Brasília (UnB), servidora pública federal da carreira Analista Técnico de Políticas Sociais no Ministério da Saúde. Mestre em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília (UnB) e experiência em atenção primária. Atuou por quase 6 anos em temáticas referentes à saúde da mulher e criança indígena na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS) e atualmente está na Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno da Secretaria de Atenção Primária (SAPS/MS).

José Antônio Daltoé Cezar

Desembargador atualmente classificado na 8ª Câmara Cível do TJ/RS. Magistrado desde 1987, atuou nas comarcas de Santa Maria, Rosário do Sul, São Leopoldo e Porto Alegre. Criador do primeiro cadastro eletrônico para adoções e acolhimentos institucionais no Brasil, no início dos anos 90, criou também, em 2003, o denominado projeto depoimento sem dano, que posteriormente se transformou, em todo Brasil, em depoimento especial (Lei 13.431/2017). Atual presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude, é também integrante do Fórum Nacional da Infância e Juventude junto ao CNJ.

Juliana Fernandes

Psicóloga pela USP/RP, mestre em psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), com estudo na área de adoção e acolhimento. MBA em Gestão/FGV. Servidora Pública Federal (Analista em C&T), há mais de 12 anos na Secretaria Nacional de Assistência Social, onde tem atuado na temática da Convivência Familiar e Comunitária. No Departamento de Proteção Social Especial/SNAS atuou como Assessora Técnica (2006-2008) e como Coordenadora-Geral da área responsável pelos CREAS e Centros de Referência para População em Situação de Rua (2010-2012). Desde 2012 é Assessora do Gabinete da SNAS.

Julianne Freire Marques

Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (2015). Possui graduação em Direito pela Universidade do Tocantins (1998). Pós-graduada em Teoria da Decisão Judicial e Estado de Direito e Combate à Corrupção, ambas pela ESMAT. Magistrada no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, titular do Juizado Especial da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína/TO desde 2007. Membro do Conselho Institucional e Acadêmico da ESMAT – Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Facilitadora de círculos restaurativos. Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins e Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

Katy Braun do Prado

Graduada em Direito pela UNIGRAN – Universidade da Grande Dourados- em 1994. Pós-graduada em Direito e Antropologia Filosófica pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP desde 2002 e em Controle de Constitucionalidade e Direitos Fundamentais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde 2015. Integra o poder judiciário de Mato Grosso do Sul desde 10 de junho de 1999, tendo assumido a Titularidade da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso de Campo Grande – MS em 18 de setembro de 2009, onde implantou o Projeto Dar a Luz. Vice-Presidente da ABRAMINJ – Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude e Membro fundadora do Fórum Nacional de Justiça Protetiva.

Leandre Dal Ponte

Engenheira civil e líder do Partido Verde na Câmara dos Deputados. Foi eleita deputada federal pelo Paraná, estando em seu segundo mandato. É Líder Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância pela Universidade de Harvard e Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e Fundadora da Casa de Apoio Ideal, instituição que acolhe mais de 600 pacientes por dia vindos do interior do estado para tratamento de saúde na capital. É também criadora da Universidade da Criança, programa que tem o objetivo de sensibilizar lideranças nos municípios brasileiros para implementação do Marco Legal da Primeira Infância.

Leonardo Accioly da Silva

Fez graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco no ano de 1997. Tem especialização em Direito processual civil. (Carga Horária: 360h). Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Título: Um Estudo Sobre o Princípio da Instrumentalidade das Formas Processuais. Orientador: Sergio Torres Teixeira. Advogado militante, desde o ano de 1998, nas áreas de Direito Empresarial, Civil, Tributário, Administrativo e Direito do Consumidor, com atuação na Justiça Estadual, Justiça Federal, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Superiores. Atualmente é Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no mandato do biênio 2017/2019. Foi sócio do escritório EDVALDO CORDEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, entre os anos de 1998 e 2003; do escritório VALENÇA CORDEIRO E ACCIOLY, entre os anos de 2003 e 2005; do escritório CORDEIRO, ACCIOLY E PORTO ADVOGADOS, atualmente denominado, Cordeiro e Laranjeiras e Maia Advogados, desde o ano de 2006 até os dias atuais. Membro do Conselho Administrativo Fiscal da Prefeitura do Recife - CAF de novembro de 2014 a novembro de 2016. Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão Estadual de Prerrogativas da OAB/PE no ano de 2007. Secretário Geral da OAB/PE entre os anos de 2008 e 2009. Conselheiro Federal da OAB eleito para o triênio 2010/2012. Conselheiro Federal da OAB eleito para o triênio 2013/2015. Vice-presidente da Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB triênio 2010/2012. Presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia do Conselho Federal da OAB no triênio 2013/2015. Integrante da comissão de Honorários do Conselho Federal no triênio 2013/2015. Integrante das comissões de Transparência do Conselho Federal no triênio 2013/2015. Vice-presidente eleito da OAB/PE - Triênio 2016 a 2018. Integrante da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia do Conselho Federal da OAB no triênio 2016/2018. Presidente da Primeira Câmara da Seccional de Pernambuco – Triênio 2016 a 2018.

Leonora Brandão Mascarenhas Passos Pinheiros

Bacharel em direito pela Universidade de Brasília (1990). Pós-graduação em Direito Civil pela AEUDF (1992). Foi oficial de gabinete (cargo analista judiciário) da 15ª Vara Federal em Brasília, no ano de 1993. Ingressou no MPDFT em agosto de 1993, como Promotora de Justiça Adjunta. Atuou como Promotora adjunta nas Promotorias de Execuções Penais, Meio Ambiente, Patrimônio Público e Ordem Urbanística, e Promotoria de Família de Taguatinga-DF. Exerceu a titularidade nas seguintes Promotorias de Justiça: Promotoria de Defesa dos Direitos Individuais e Indisponíveis (Filiação, Idoso, Portador de Necessidades Especiais e acidentes do Trabalho), Promotoria Criminal de Taguatinga-DF, Promotoria de Falências e Recuperação Judicial de Empresas. Foi uma das responsáveis pela criação e instalação da Promotoria Itinerante de Defesa do Cidadão (PROCIDADÃ). Foi professora da FESMPDFT em 2005, na cadeira “Direito das Minorias”; atualmente é titular da 1ª Promotoria de Defesa da Filiação do MPDFT, exercendo também a suplência da Câmara de Coordenação da Ordem Jurídica Cível do MPDFT (Direitos do Consumidor e Defesa da Educação).

Lucia Decot Sdoia

Presidente (atual) e diretora de organização institucional e dos serviços de acolhimento há 20 anos no Instituto Padre Haroldo. Farmacêutica pela Faculdade Oswaldo Cruz, com formação em psicanálise winnicottiana e especialização em Psicologia Analítica Junguiana pela UNICAMP. MBA em Gestão de Pessoas/FGV e 25 anos atuando em sistema de gestão integrado na iniciativa privada.

Luciano Frota

Especialista em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília e graduado em Direito Universidade Federal do Ceará (1990). É Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020) e Juiz do Trabalho da 3ª Vara de Brasília. Exerceu as atividades de Juiz auxiliar da presidência do TRT-10 (2016), membro do Comitê de Priorização de 1º grau instituído pela Resolução n. 194 do CNJ (2015-2016), membro do Comitê Regional do Processo Judicial Eletrônico do TRT-10 (2014-2016), Diretor do Foro Trabalhista de Brasília (2010 - 2012), Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Amatra-X) no biênio 2003-2005, professor de Direito do Trabalho no Centro Universitário de Brasília - UniCeub (2001-2002), professor convidado da disciplina Direito do Trabalho em cursos de pós-graduação lato sensu e a disciplina Direito Sindical em curso de extensão, ambos promovidos pelo Centro Universitário IESB, e empregado do Banco do Brasil (1987-1992).

Luisa de Marillac Xavier dos Passos

Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios desde maio de 1996, titular, desde setembro de 2000, da 4ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Interesses Individuais Indisponíveis, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude; Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos na gestão 2018-2020, representando o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE); mestre em Direito pela Universidade de Brasília.

Maria Dilma Alves Teodoro

Médica Psiquiatra, com título de especialista pela Associação Brasileira de Psiquiatria. Coordenadora Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde. Presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília.

Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia – Atos Cíveis e Coordenadora Geral da Infância e Juventude do TJGO. Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Goiás (2001). Possui MBA em Gestão do Poder Judiciário, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2012). Foi professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e da Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás. Possui formação como facilitadora e instrutora em Justiça Restaurativa (Ajuris e Unipaz – 2016 e 2018). cursando Especialização em Psicologia Transpessoal na Unipaz.

Mariana de Sousa Machado Neris

Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania Interina. Foi diretora do Departamento de Proteção Social Especial e Coordenadora do Serviço de Acolhimento da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social. Atua no Ministério da Cidadania desde 2006. É Assistente Social pela Universidade de Brasília, Especialista em Políticas Públicas, Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Fiocruz e IPEA.

Miriam Pragita

Cursou em 2018, em Harvard, Boston, o Curso de Liderança Executiva para o Desenvolvimento da Primeira Infância. Pós-Graduada em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e graduada em Educação Física pela UFRGS. É coordenadora da Secretaria Executiva da RNPI - Rede Nacional Primeira Infância e Diretora Executiva da ANDI - Comunicação e Direitos.

Osmar Terra

Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê pela Universidade de Brasília e mestre em Neurociência pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Está no sexto mandato como deputado federal pelo MDB, reeleito em 2018, e exerce o cargo de Ministro da Cidadania. Foi autor da lei 13.257/2016, que instituiu o Marco Legal da Primeira Infância. Em maio de 2016, assumiu o então Ministério Desenvolvimento Social, onde passou a cuidar de programas como o Bolsa Família e financiamentos direcionados à agricultura familiar, além de ter implementado, em outubro do mesmo ano, o Programa Criança Feliz. Em Porto Alegre (RS), foi superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, de 1986 a 1988, durante a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado. Trabalhou como secretário estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, no período de 2003 a 2010. Foi nesse período que arquitetou e implementou o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), que se tornou em política pública estadual em 2006. Foi secretário executivo do Programa Nacional Comunidade Solidária, de 1999 a 2001. Foi eleito prefeito da cidade de Santa Rosa (RS) em 1992. Como suplente na Câmara Federal, ocupou a cadeira de deputado de 2001 até 2003. Em 2007, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

Pedro Hartung

Advogado, doutorando em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e graduado pela mesma instituição (2012). Doutorado sanduíche em 2017 na Harvard Law School e Pesquisador Visitante no Child Advocacy Program pela Harvard Law School. Especialização (Zertifikat) Aufbaustudiums in den Grundzügen des Deutches Rechts na Universidade Ludwig-Maximilians (LMU) de Munique, Alemanha (2012). Coordenador do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana. Docente e Membro do Painel Técnico e Docente do Curso de Liderança Executiva do Center on the Developing Child da Harvard Graduate School of Education. Docente no curso de aperfeiçoamento profissional Advocacy e Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas. Professor da disciplina Políticas Públicas e os Direitos da Criança no Curso Infância, educação e desenvolvimento social do Programa de Pós-graduação do Instituto Singularidades (2015/2016). Conselheiro nos biênios 2013/2014 e 2015/2016 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil (Brasília/DF). Coordenador da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2012/2014). É Conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores da Infância e Juventude, integrante da RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade e Líder Executivo para Primeira Infância NCPI/ Harvard. Integrou em 2017 a equipe do Legal Policy Office do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR/ONU), em Genebra.

Petrucia de Melo Andrade

Graduada em Psicologia e possui especialização na área de Criminologia e Violência Urbana. É Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Atuou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e na Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania, em Contagem/MG. Foi Consultora de Políticas Públicas na área de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Tem experiência em Gestão Pública. É professora de Psicologia Aplicada e Ética Profissional.

Raum Batista

Psicólogo, Pós-graduado em gestão de projetos pela UERJ, Pós-graduado em Atendimento Sistêmico de Família e rede sociais pela PUC/MG. Atuante na área dos direitos humanos de crianças e adolescentes a mais de 15 anos. Psicólogo da Associação Brasileira Terra dos Homens/RJ e membro do Grupo Gestor do Movimento Nacional pró Convivência familiar e comunitária.

Renato Rodovalho Scussel

Graduou-se como Bacharel em Direito pela Universidade de Uberaba – MG em 1986. Ingressou no TJDF em

1994, exercendo a função de Juiz de Direito. É Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude desde 2002, atuando, também, como Juiz Presidente da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Distrito Federal desde 2010. Desempenhou a atribuição de Coordenador do Programa Eleitor do Futuro, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal de 2003 a 2006. Foi integrante do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Gestão 2016/2018 e Presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude/ABRAMINJ, de 2012 a 2018.

Richard Pae Kim

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, mestrado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado em Políticas Públicas, Administração e Sistemas Educacionais pela Universidade de Campinas. É Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Co-coordenador da área de Direito Eleitoral da Escola Paulista da Magistratura (2018 a 2020), Coordenador Pedagógico dos Cursos de Pós-Graduação da Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP, e Membro Consultivo da Comissão de Pesquisa e Pós-graduação em Direito da OAB/SP (2016 a 2018). Exerceu as atividades de Juiz de Direito Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, professor dos cursos de Graduação e de Mestrado em Direito da UNIMEP/SP, professor dos cursos de pós-graduação da Escola Paulista da Magistratura e da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (TRE/SP), Coordenador Pedagógico dos Cursos de Pós-graduação da Escola Paulista da Magistratura em Campinas/SP (2006 a 2018), Diretor Executivo da EJEP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2018), Juiz Auxiliar de Gabinete no Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2018), Juiz Auxiliar e Instrutor de Gabinete no Supremo Tribunal Federal - STF (2013 a 2017), membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional - ENFAM-ENAMAT (2015 a 2016), membro do Grupo de Pesquisas do NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP (2005 a 2013), e membro do Grupo de Pesquisas sobre Reforma Política (2015 a 2017) e sobre o Impacto da Lei da Ficha Limpa nos Tribunais (2013 a 2014) da FADUSP.

Sandra Aparecida Silvestre

juíza de direito em Rondônia há 25 anos e atualmente juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ. Mestrado em Relações Internacionais da América do Sul pelo CEBELA e doutorado em política pública pela UFRGS. Foi juíza das Nações Unidas no Timor-Leste de 2004/2006.

Sérgio Kreuz

Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Direito Civil pela Universidade Clássica de Lisboa (1999); graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude de Cascavel – PR; Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), da Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ), do Conselho de Supervisão dos Juizados da Infância e da Juventude do Estado do Paraná, Membro e 1º vice-presidente da Associação de Juízes e Promotores da Infância e da Juventude do Estado do Paraná; Professor de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel (UNIVEL) e Escola da Magistratura do Paraná.

Sérgio Luiz Ribeiro de Souza

Ingressou em 2004 na magistratura de carreira do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Juiz Titular da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital/RJ, Presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso – CEVIJ. É Presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. É Membro do Fórum Nacional da Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Justiça, Diretor do Departamento de Desenvolvimento de Direitos Humanos e Proteção Integral (à criança e ao adolescente) da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ, Diretor da Comissão Institucional do Estado do Rio de Janeiro para a Criança e o Adolescente Vítimas - CICAVERJ, Secretário de Direito da Criança e do Adolescente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – AMAERJ. É Professor/Instrutor da Escola de Administração Judiciária – ESAJ, de Direitos Civil, do Consumidor, Constitucional, da Criança e do Adolescente e Processual Civil; e Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, de Direitos Constitucional, Administrativo e Eleitoral. Vencedor do XII Prêmio Innovare na categoria Juiz, no ano de 2015, com o projeto “Apadrinhar: Amar e Agir para Realizar Sonhos”. Ex-Presidente nacional do FONAJUP – Fórum Nacional da Justiça Protetiva (à criança e ao adolescente). É Co-Autor dos Livros “Exame da Oab – Doutrina e Questões” e “Lei de Licitação e Contratos Administrativos Comentada e Interpretada”, ambos da Freitas Bastos Editora.

Shyrlene Nunes Brandão

Possui graduação em Psicologia e mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília. Formação em Psicodrama (INTERPSI) e especialização em Psicanálise, Perinatalidade e Parentalidade (Instituto Gerar- SP). Tem experiência na área de Psicologia Social Comunitária, com ênfase em atendimento gestantes, puérperas e famílias, crianças e adolescentes em situação de risco e em situação de acolhimento institucional, registradas em diversas publicações. Foi docente do curso de psicologia da Universidade Católica de Brasília por 12 anos e atualmente é docente no curso de Medicina do UNICEPLAC, psicóloga clínica e psicóloga da Secretaria do Estado da Saúde do DF, onde atua na Maternidade, no ambulatório com grupo de pré-natal psicológico e no Banco de Leite Humano.

Sidney Fiori Junior

Promotor de Justiça do Ministério Público de Tocantins. Graduado pela UNAERP/Ribeirão Preto/SP Pós-Graduado

pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL/LFG. Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Palmas/TO. Foi Promotor da Infância e Juventude durante 13 anos. Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude desde 2012. Coordenador da COPEIJ (Comissão Permanente da Infância e Juventude do GNDH/CNPG) pelo 2º mandato. Coautor de duas obras: Guia de Atuação para Promotores de Justiça da Criança e Adolescente: Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Editado pelo CNMP, publicado em fevereiro de 2018 e Combate à Corrupção na Visão do Ministério Público, Editora JH Mizuno, publicado em fevereiro de 2018.

Simone Fagundes Messias Zanella

Graduada em Serviço Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, Especialização em Terceiro Setor e Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica-PUC/RS. Docente do Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN/MJ, desde 2003. Tutora dos Cursos em EAD da Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP, desde 2006. Docente da Faculdade de Desenvolvimento do RS- FADERGS, desde 2012. Diretora do Departamento de Tratamento Penal-DTP da Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS- SUSEPE. Concursada na SUSEPE desde 1998.

Veet Vivarta

Jornalista e consultor na área de mídia, direitos humanos e sustentabilidade. Atualmente coordena a implementação de curso à distância voltado aos operadores do Sistema de Justiça com foco nas violações aos direitos de crianças e adolescentes cometidas pela mídia. Foi secretário executivo da ANDI – Comunicação e Direitos (2003-2014) e membro do comitê coordenador da Red ANDI América Latina (2009-2013). Integrou também o comitê gestor do Global Forum for Media Development (2008-2014).

Viviane de Souza Ferro

Psicóloga e mestre em Psicologia. Terapeuta Comunitária. Pós-graduada em Gestão Pública. Atua nas áreas da infância e adolescência, dinâmica familiar, violência e políticas públicas e direitos humanos. Atualmente é Coordenadora-Geral de Serviços de Acolhimento (CGSA) do Departamento de Proteção Social Especial (DPSE) da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do MDS e Conselheira Suplente do CONANDA.

Pacto Nacional pela Primeira Infância

Seminário Região Centro-Oeste

Realização:



Poder
Judiciário

CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Apoio:



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

